

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO USO DA LÍNGUA
DOS SINAIS PELOS DEFICIENTES AUDITIVOS

Maria Lúcia Rocha-Coutinho
Instituto de Psicologia (U.F.R.J.)

Ainda hoje a língua dos sinais (que envolve o canal visual-motor como meio principal de comunicação em lugar do canal auditivo-vocal), empregada pelos Deficientes Auditivos (DA), é vista, tanto por leigos quanto por profissionais ligados direta ou indiretamente ao DA, como uma língua exótica e é negligenciada por muitas razões. Entre esses profissionais, poderos citar aqueles educadores dos DA que tratam toda a forma de comunicação manual como um comportamento a ser reprimido e consideram como "falhas educacionais" aquelas crianças que não conseguem atingir o principal critério para o sucesso-- falar suficientemente bem, de modo a participar do mundo dos ouvintes. O objetivo principal desse tipo de educação é atingir o critério de "normalidade", isto é, falar. Assim, esses educadores desenvolvem um preconceito com relação aos sinais, tomando-os como inflexíveis, concretos, não lingüísticos. Os sinais são confundidos com os gestos "naturais", o que revela uma ignorância a respeito da natureza arbitrária e aprendida da língua dos sinais. Esse fato reflete, em parte, a tendência de muitos lingüistas, especialmente aqueles influenciados por Bloomfield (1933), de acreditar que as línguas são essencialmente faladas e que todas as outras formas de comunicação, inclusive a escrita, são derivações imperfeitas dos sistemas falados básicos.

É nosso ponto de vista que a língua dos sinais empregada pelos DA constitui um sistema lingüístico legítimo. Assim sendo, tratar a aquisição e o uso da língua dos sinais como uma patologia—prática freqüente em medicina, educação, direito e na sociedade de modo geral—revela um preconceito que decorre, em parte, da ignorância dos ouvintes com relação à complexidade da língua dos sinais empregada pelos DA nas suas experiências diárias. Do ponto de vista lingüístico, Stokoe (1958), ao fazer uma análise da língua dos sinais, demonstrou ser ela um sistema lingüístico com todas as características importantes de uma língua falada: estrutura frasal, regras transformacionais, conjunto de traços distintivos sistemáticos, etc. Do ponto de vista social, uma consciência cada vez maior, por parte da sociedade, do pluralismo cultural, e um crescente desejo de aceitar as diferenças, têm levado a uma menor pressão em direção

à norma, seja ela a fala padrão, seja ela o padrão ouvinte. Neste sentido, os DA têm sido vistos cada vez mais como seres humanos e cada vez menos como deficientes que tentam se aproximar dos padrões articulatórios dos ouvintes.

Neste trabalho pretendemos tecer algumas considerações que nos levam a acreditar que, a menos que o DA possa adquirir e expandir seu conhecimento da língua dos sinais, ele será privado de um meio natural para a aquisição da competência comunicativa na comunidade DA e será visto como uma curiosidade patológica no mundo dos ouvintes.

1. A Língua dos Sinais

Há uma grande dificuldade em se lidar com o termo "língua dos sinais". Este inclui uma variedade de sistemas de comunicação visual-motora que abrangem desde gestos inventados em casa, compreendidos por um grupo pequeno de pessoas e limitados ao aqui e agora, até sistemas arbitrários, abstratos, padronizados de alguma forma e capazes de expressar todos os níveis ou nuances expressos em qualquer língua. A dificuldade é ainda maior, pelo fato de que os sinais não costumam ser passados de pais para filhos, mas ao contrário, são reprimidos pela maioria dos adultos com quem a criança tem contato. Sendo assim, geralmente, as crianças desenvolvem o sistema de sinais sub-repticiamente contra a vontade dos adultos à sua volta.

Na comunicação manual, pode-se apresentar uma palavra ou conceito de duas maneiras distintas:

- a) uma palavra pode ser soletrada letra por letra, usando-se o alfabeto manual, que consiste em 26 (vinte e seis) letras com uma correspondência uma a uma com a ortografia tradicional, ou
- b) uma palavra ou conceito pode ser representado por um sinal que se refere a uma idéia completa. Cada um desses sinais possui 3 elementos: a posição das mãos, a configuração das mãos e o movimento das mãos para diferentes posições.

O DA pode comunicar-se usando os sinais sem soletrar ou pode comunicar-se soletrando. A maioria deles faz uso de ambos em suas conversas. Geralmente, quanto mais informal a situação, mais os sinais predominam e, quanto mais formal a situação, maior a tendência para soletrar.

Observações recentes (em Moores, 1974; Cicourel & Boese, 1972) têm demonstrado que a língua dos sinais envolve variações tanto funcionais quanto regionais e sociais. Pode-se afirmar hoje que há uma língua de sinais universal, isto é, o número possível de sistemas, como no caso das línguas faladas, é ilimitado. É nesse sentido que a maioria dos pesquisadores hoje considera a língua dos sinais um sistema lingüístico legítimo, sujeito a todas as variações a que estão sujeitas as línguas fala-

das e capaz de expressar tudo o que pode ser expressado através da fala.

Sendo assim, parece-nos que o objetivo educacional não deve ser a substituição da língua dos sinais pela língua oral, tanto quanto o objetivo da educação, no caso das crianças falantes de dialeto não-padrão, não deve ser a substituição destes dialetos pela fala padrão. Ao contrário, é preciso dar à criança habilidades que lhe permitam transitar de um sistema a outro, do menos formal ao mais formal, dependendo da situação, incluindo o uso da língua oral. Esta última, aliás, é certamente desejável, uma vez que constitui o sistema compartilhado pela maioria da população, permitindo, portanto, um ponto comum para a comunicação e a participação na cultura mais ampla.

2. O Aprendizado da Língua Oral como o Aprendizado de uma Segunda Língua

Os DA, com exceção dos poucos que são filhos de DA, estão sujeitos, na maioria das vezes, à repressão, tanto em casa como na escola, ao fazer uso da língua dos sinais. Desde o início, o DA é exposto ao meio oral/auditivo, não apropriado ao desenvolvimento de suas capacidades lingüísticas. Empurrado por uma necessidade de se comunicar e, na impossibilidade de dominar um sistema auditivo, o DA começa a desenvolver um pequeno sistema de gestos que o ajuda a comunicar necessidades básicas. A existência deste sistema de gestos é um fato e pode ser observado mesmo em programas que seguem uma orientação oralista pura. Essas crianças não têm quase nenhum input lingüístico ou feedback e estão desenvolvendo seus próprios meios de se comunicar em um ambiente frequentemente hostil. Seria uma atitude ingênua supor-se que a língua oral utilizada pelo DA é pobre por causa da influência da língua dos sinais, de ordem não gramatical. Essa relação causal parece-nos inteiramente sem sentido. Ao contrário, a sua dificuldade de expressão na língua oral pode estar ligada a um ambiente inicial com poucas oportunidades comunicativas.

Os sinais são importantes para a percepção e interpretação do ambiente pela criança, uma vez que eles envolvem, entre outras coisas, o mapeamento emocional do mundo. Assim, o DA deve aprender a fazer uso da língua dos sinais antes de aprender a fazer uso da língua oral, ou ele será excluído do mundo onde se qualificaria como falante nativo. O DA, com raras exceções, dificilmente se tornará um falante nativo de uma língua oral, uma vez que ele não pode monitorar sua fala. A professora oralista pode achar que está ensinando a língua nativa para a criança porque esta está aprendendo a usar as cordas vocais, os lábios, a fim de se comunicar como uma pessoa "normal" mas, na verdade, o que está ensinando é uma segunda língua, mesmo para os DA que nunca foram expostos à língua dos sinais.

Um DA não pode adquirir uma língua falada como língua nativa porque ele não tem acesso a um sistema de monitoria que forneça um feedback constante para a sua fala. A língua falada sempre será um fenômeno estranho para o DA, nunca algo natural. Os DA provavelmente experimentam um grau considerável de ansiedade ao usar a língua oral

porque eles não têm nenhuma forma de controlar a propriedade técnica e social de sua fala, exceto através de movimentos labiais e da reação das pessoas à sua fala. O DA, apesar de contar com expressões faciais e movimentos corporais, não possui uma das fontes de informação mais ricas da língua oral: monitorar sua própria fala e elaborar sutilezas através da entonação, volume de voz, hesitação, assim como extrair da produção de seu interlocutor sutilezas através da entonação, volume de voz, etc.

Assim, não tendo o mesmo feedback dos ouvintes, a língua oral perde, para o DA, todo o seu aspecto natural. Todo falante de uma língua, qualquer que seja ela, necessita adquirir, não apenas habilidades cognitivas e psicológicas, mas também um sentido da "estrutura social" que lhe permita gerar e interpretar a fala apropriada num determinado contexto comunicativo. É o que Hymes (1970, 1972) denomina competência comunicativa, isto é, o conhecimento que os falantes de uma língua têm da estrutura e do significado das sentenças, da estrutura e do significado do mundo social e da relação entre ambos. Essa competência comunicativa envolve tanto a produção quanto a interpretação da fala, incluindo as interpretações a respeito da intenção social do falante e os julgamentos sobre a propriedade de uma mensagem. As pessoas não apenas falam; elas interpretam a linguagem (inclusive sua falta) com base nas suas expectativas de que a estrutura social será representada lingüisticamente. Por uma série de razões, algumas ligadas ao que foi exposto acima, dificilmente o DA desenvolve uma competência comunicativa na língua oral. Por outro lado, quando aprende desde cedo a língua dos sinais, aprende uma série de sutilezas que usa para comunicar intimidade, emoção, duplo sentido, etc., e que são essenciais para o desenvolvimento de sua competência comunicativa.

3. Conclusão

Alguma competência no método oral é necessária a fim de que o DA possa comunicar-se com o mundo dos ouvintes. Entretanto, a língua oral não deve ser ensinada em substituição à língua dos sinais. Como afirmado acima, a língua dos sinais constitui um sistema lingüístico legítimo, não se podendo mais estabelecer uma relação entre a pobreza da língua oral do DA e a influência da língua não gramatical dos sinais.

Além disso, se o emprego da língua dos sinais é prejudicial, então os DA filhos de DA deveriam ter resultados mais baixos em desempenho escolar, em ajustamento psico-social e em todos os aspectos da comunicação, inclusive fala, leitura labial, leitura e escrita. Estudos comparativos recentes (em Moores, 1974) mostram, no entanto, a superioridade dos DA filhos de DA em medidas como desempenho escolar, social e comunicativo, apesar de as famílias ouvintes observadas terem nível sócio-econômico mais elevado, nível acadêmico e habilidades lingüísticas e comunicativas mais adequadas e, apesar de os filhos de pais ouvintes terem frequentado um pré-escolar especializado e terem tido um treinamento lingüístico especial. Da mesma forma, educadores russos conseguiram melhor oralização nos DA educados pelo método Neo-oralista (comu-

nicação oral mais comunicação manual) do que naqueles educados pelo método oralista tradicional. É possível que esse resultado esteja ligado ao fato de os primeiros terem uma maior base lingüística e um meio de comunicação numa idade menos avançada.

Não nos parece existir nenhuma evidência de que a comunicação manual iniba a utilização eficiente da audição residual. O uso simultâneo da audição residual, leitura labial e sinais, parece constituir o meio mais eficaz de receber informação para o DA. Os sinais, junto com a comunicação oral, em lugar de interferir negativamente, parecem ajudar os DA na compreensão da língua falada. Desta forma, parece-nos que os professores dos DA podem fazer uso do conhecimento da língua dos sinais, como sugerido por Cicourel & Boese (1972), a fim de que a criança seja capaz de fazer a transição entre seu conhecimento dos objetos e eventos na língua dos sinais, soletrar nomes com os dedos, estabelecer a correspondência com as letras e, finalmente com os sons formadores das palavras que representam estes objetos e eventos. E, em lugar de tratar o DA como uma criança com algum tipo de anomalia ou patologia lingüística, encará-lo como uma pessoa capaz de um bilingüismo extremamente complicado.

Finalmente, é interessante assinalar que os sistemas de comunicação manual, apesar da repressão a que têm sido sujeitos, demonstram grande resistência e habilidade para continuar, o que pode nos sugerir que eles estão satisfazendo aspectos não satisfeitos com a oralização pura. O número de DA com alto grau de habilidade oral receptiva e expressiva, que também utiliza a comunicação manual nas atividades diárias, parece demonstrar que esses DA têm sido vítimas de preconceito, hostilidade e tentativas da cultura ouvinte dominante de repressão e imposição do seu meio como o meio comunicativo ideal.

BIBLIOGRAFIA

BLOOMFIELD, L. Language. New York: Holt, 1933.

CICOUREL, A. & R. Boese. "Sign Language and the Teaching of Deaf Children." D. Hymes, C. Cazden & V. John, eds. The Functions of Language in the Classroom. New York: Teachers College Press, 1972, pp. 32-62.

HYMES, Dell. Bilingual Education: Linguistic vs. Sociolinguistic Bases. Washington, D.C.: Georgetown Univ. Press, 1970.

..... "On Communicative Competence." J.B. Pride & J. Holmes, eds., Sociolinguistics. Harmondsworth: Penguin, 1972.

MOORES, Donald F. "Nonvocal Systems of Verbal Behavior." R. Schiefelbusch & L. Lloyd, eds. Language Perspectives: Acquisition, Retardation, and Intervention. Baltimore, Maryland: University Park Press, 1974. pp. 377-417.

STOKOE, W. "Sign Language Structure." Studies in Linguistics. Buffalo, University of Buffalo, Occasional Paper n° 8, 1958.